

Memória e testemunho em livros jornalísticos

Marta Regina Maia
José Carlos Fernandes

Resumo:

As novas alterações no campo jornalístico proporcionaram a ampliação das produções autorais dos jornalistas a partir das produções em livros, como foi o caso dos jornalistas Zuenir Ventura e Teresa Urban que fizeram dos acontecimentos de 1968, no Brasil, uma plataforma para conciliar, na narrativa, elementos como memória e testemunho. Em seus livros – ela numa articulação entre quadrinhos e a colagem; ele em uma reportagem, com flerte da crônica na divisa do depoimento – acabaram por produzir dois documentos “vivos” que representam o jornalismo de fronteira, em que informação, história e literatura formam um conjunto que desafia a rigidez da linguagem jornalística. Temos como objetivo, portanto, fazer uma análise da narrativa dos livros *1968 – O ano que não terminou* e *1968 ditadura abaixo* a partir de dois operadores metodológicos, que são a memória e o testemunho. Os livros permitem aproximações entre os operadores, mostrando como é possível aliar experiência, história e relatos em uma perspectiva fronteira da linguagem que se direciona ao jornalismo narrativo.

Palavras-chave: Memória. Testemunho. Jornalismo narrativo.

Memory and testimony in journalistic books

Abstract:

The new changes in the journalistic field provided the expansion of the journalists' authorial productions from the productions in books, as was the case of the journalists Zuenir Ventura and Teresa Urban who made the events of 1968, in Brazil, a platform to reconcile, in the narrative, elements such as memory and testimony. In her books – she in an articulation between comics and collage; he in a report, with the flirtation of the chronicle on the border of the testimony – ended up producing two “live” documents that represent border journalism, in which information, history and literature form a set that defies the rigidity of journalistic language. We aim, therefore, to analyze the narrative of the books “1968 – O ano que não terminou” and “1968 ditadura abaixo” from two methodological operators, which are memory and testimony. The books allow approximations between operators, showing how it is possible to combine experience, history and reports in a borderline perspective of the language that addresses narrative journalism.

Keywords: Memory. Testimony. Narrative journalism.

Recebido em: 10.07.22

Aprovado em: 03.07.23

Marta Regina Maia

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP e vice-líder do Grupo de Pesquisa "Ponto: afetos, gêneros, narrativas".

E-mail: marta@marta-maia.pro.br

José Carlos Fernandes

Jornalista. Doutor e mestre em Estudos Literários. Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná/UFPR e professor do PPGCom da UFPR.

E-mail: zeca@ufpr.br

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 20, n. 1, mar./jul. 2023.
ISSNe 1984-6924

Introdução

Como lugar de produção de sentidos, o jornalismo é um dos mediadores dessa extensa e complexa realidade que vivemos, já que, ao configurar narrativas, ele anuncia as temporalidades advindas desse processo, possibilitado pela presença dos sujeitos em ação. Nessa dinâmica interativa, carregada de subjetividades, o testemunho histórico emerge de maneira proeminente. Embora o jornalismo tenha sido, muitas vezes, rotulado pela insígnia do presentismo, assistimos, na atualidade, a uma espécie de alargamento dessa prática, com reportagens, *podcasts*, documentários e inúmeros livros jornalísticos que acionam, além do presente, o passado e o futuro em suas produções.

Com o objetivo de compreender o lugar desse tipo de testemunho sobre o passado recente do Brasil e o papel mnemônico do jornalismo, trazemos, para análise, dois livros que tiveram ampla reverberação no momento dos lançamentos, e que ainda seguem sendo ressignificados no interior da sociedade brasileira. Antes, porém, de falar sobre os livros que serão analisados, vale, mesmo brevemente, situar esse período histórico que tem sido objeto de estudos e reflexões nas mais variadas formas.

O ano de 1968 ainda desperta intensos debates em todo mundo. Se os acontecimentos de Paris são comumente citados como referência dessa época, importante dizer que essas revoltas não ficaram restritas ao país europeu. Assistimos, em vários lugares, à forte ação do movimento estudantil, com protestos sobre a Guerra do Vietnã, o advento do movimento hippie e dos Panteras Negras, enfim, o povo, e mais precisamente a juventude, estava nas ruas em intensa dinâmica social. No Brasil, vivendo as adversidades de uma ditadura instalada em 1964, muitas pessoas, em inúmeras áreas de atuação, criaram movimentos que ainda hoje seguem ecoando, como o Cinema Novo, o Teatro de Arena, o Teatro Opinião, o movimento Tropicalista, entre outros.

Ano da morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, e que gerou uma revolta mais acentuada dos jovens, em especial após a Missa de Sétimo Dia, quando, ao final da missa, houve conflito entre as pessoas presentes e os militares. Esse cenário de guerra gerou tamanha indignação que levou à realização da Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, como forma de protesto contra a ditadura militar. Entretanto, apesar de todas as manifestações e revoltas, o ano terminou com a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5); o Congresso Nacional foi fechado, a censura foi fortemente instalada e as pessoas estavam proibidas de se reunir em qualquer lugar.

Passados muitos anos, o Brasil viu surgir uma esperança de liberdades democráticas no final dos anos 70 do século XX, com o movimento que redundou na Anistia irrestrita e a redemocratização, a partir de 1985, encerrando 21 anos de ditadura no país. O processo de redemocratização, entretanto, foi permeado pelo aspecto conciliatório, sem qualquer punição às arbitrariedades cometidas pela ditadura, como comprova a instabilidade política contínua, acentuada com o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, em 2016, e as controvertidas eleições de 2018, ocorridas debaixo de disparos criminosos de notícias falsas.

Nesse cenário controverso, as narrativas sobre o passado são fundamentais para a compreensão do tempo presente e os livros jornalísticos podem se tornar referências, como o livro *1968 – O ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, que nos apresenta os principais acontecimentos daquele ano e suas reverberações até o ano do lançamento, em 1988. Dividido em quatro partes, a obra faz uma espécie de etnografia da juventude e seus arroubos revolucionários, passando, na sequência, a mostrar a violência de estado e as inúmeras resistências de vários setores da sociedade, até chegar às articulações que resultaram no AI-5.

A segunda obra analisada é menos conhecida do que o *best-seller* de Ventura. O livro *1968 ditadura abaixo*, da jornalista curitibana Teresa Urban, foi lançado em 2008, por ocasião dos 40 anos do “ano que não terminou”. O trabalho, em colagem, em quadrinhos e em texto, rompe um silêncio de Urban – símbolo maior, no Paraná, na resistência ao regime militar. Ainda que tenha se pronunciado com frequência sobre o período – ela militava na dianteira do movimento estudantil e na Organização Revolucionária Marxista Política Operária, a Polop — tinha cuidado em não transformar sua ação numa saga pessoal, mas sim de uma geração.

Temos como objetivo, portanto, fazer uma análise da narrativa destes dois livros a partir de dois operadores metodológicos, que são a memória e o testemunho. Os dois objetos de estudo permitem as aproximações entre os operadores e nos mostram como é possível aliar experiência, história, relatos e reverberação social em uma perspectiva fronteira da linguagem que se direciona ao jornalismo narrativo.

A memória no jornalismo narrativo

O trabalho da artista plástica mineira Rosângela Rennó sintetiza o sentido da memória nos séculos XX e XXI. Paradoxalmente, os operadores estéticos de Rennó apontam para outro vértice — o “esquecimento” —, um tema incômodo. No afã de representar visualmente as informações que nos escapam, a artista vasculha retratos sem legenda, abandonados nos mercados de pulgas, apropria-se de arquivos mortos de repartições, compra, em sebos, diários de adolescentes trancados à chave, sem que se possa saber a quem pertenciam. Nas mãos da artista, essa matéria prima, entre outros *objet trouvé*, se presta ao colecionismo e às instalações que, para além da concepção visual, legitimam sua obsessão intelectual. Importa a Rosângela repisar que a humanidade é de “natureza esquecida”, que a amnésia é uma contingência da saúde mental. Esquecer estaria entre as condicionantes do viver. Ela invoca o que seria de nós se guardássemos todas as informações no disco rígido das razões e das emoções (RENNÓ, 2003).

É fato que a velocidade contemporânea só faz aumentar o volume e o ritmo dos apagamentos. “Seria ingênuo identificar a internet com o Iluminismo. [...] Durante sua construção, link a link, os interesses comerciais não ficaram só assistindo, passivamente” (DARNTON, 2010, p. 30). O conhecimento partilhado virou mercadoria e como qualquer produto, precisa movimentar a máquina dos desejos. A superprodução de informações armazenadas é, por ironia, uma máquina de esquecimentos em escala industrial (BAUMAN, 2003). Esse processo fatal e irremediável de “extrativismo digital”, constitui uma indústria do imaginário (BUCCI, 2021) e tem um efeito colateral: a valorização extrema da memória.

Um inventário ainda que ligeiro sugere que, ao longo do último século, mais intelectuais se ocuparam de dissecar os mecanismos da memória do que da fatalidade do esquecimento. A lista – longa e imperfeita — passa pelo filósofo Henri Bergson, pelos escritores Marcel Proust e James Joyce, por Freud, por teóricos como Frederick Bartlett e Maurice Halbwachs. Pelo historiador Jacques Le Goff. Pela socióloga e antropóloga brasileira Ecléa Bosi.

Pode-se argumentar que a memória seria um tema tão antigo quanto a filosofia ocidental, mas soa ingênuo desconsiderar que a memória — tal como a discutimos no calor da sociedade presentificada, sem hermenêutica nem metarrelatos (MARCONDES FILHO, 1993) — deriva do abandono de séculos de cultura oral e da imposição da sociedade livresca. O que era guardado de cor — ou de coração, como na metáfora perfeita de *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (2012), literalmente uma narrativa fantástica sobre a iminência de uma sociedade “do apagamento” — ganha o dispositivo do livro, que passa a ser uma extensão tanto da memória quanto dos valores civilizatórios, uma cápsula de ilustração.

Seria perfeito, não fosse o advento de uma sociedade disruptiva, na qual os livros — a mais perfeita das invenções (ECO; CARRIÈRE, 2010) — deixam de ser necessários. Nesse cenário, a memória precisa ser salva às pressas do vírus letal do esquecimento, sob risco de que sobre pouco do que se chama de civilização moderna, expressão que traduz uma sociedade em que as inclinações pessoais e as exigências do social passam pelo fiel da balança (ELIAS, 1994).

Uma investigação de viés sociológico poderia apontar que alguns apagamentos não se dão de forma natural — como um recurso biofisiológico, inclusive (BERING, 2013) —, mas como uma defesa inconsciente. Para uma parcela da população — em especial a mais jovem — o esquecer-se é ingrediente da sociedade da aceleração e da fragmentação, mas é também atitude de recusa frente uma herança sinistra. Diante da vertigem pós-moderna, uma roda desgovernada de incertezas polifônicas, plurais e, fatalmente, pulverizadas, de modo a permitir toda sorte de “agenciamentos existenciais” (GUATTARI, 2012, p. 26), o pensar tende a ir para as gavetas. A dúvida se torna uma tortura moral, uma paralisia, que em vez de mover a curiosidade, exila o conhecimento, esvazia o conceito de realidade e instala uma forma de niilismo insustentável (FLUSSER, 1999; THOMPSON, 1998). O desprezo e a individualização das experiências coletivas, por extensão, emergem como a face mais cruel da degradação dos valores que sustentam a vida em sociedade (DUBET, 2020).

O breve século XX, como cunhou Eric Hobsbawm (2013), deixou como saldo a concentração de riqueza e a desigualdade, dentre outras mazelas, que indicam ser melhor neutralizar a memória, inibindo sua potência sobre o passado, um passado que se deve esquecer. Essas incertezas em série mobilizam a historiografia. A chamada “nova história” se interessa por tudo o que é humano, obediente ao conceito de “história total” e à história das ideias. Mais do que fatos solidificados, interessam as teias da “construção cultural”, a análise das estruturas. O abraço dado no relativismo histórico apaga as fronteiras entre o central e o periférico, medida que realça conflitos, revela o desconhecido e torna emergencial a articulação de consensos, aos quais se chega não só pelos especialistas, mas também por meio da oralidade.

Ação e reação não suturam as fraturas, que são partes da condição pós-moderna. “Essas transformações estão mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 2005, p. 9). A história, de lugar repleto de eventos e personagens que, numa acepção agora conservadora, explicariam o tempo presente, é também o lugar do patriarcado, da repressão sexual, do silenciamento feminino, dos cânones culturais produzidos por homens brancos, da violência endêmica.

As tensões que rondam a memória e a história vão fazer parte da complexidade que ronda o século XXI. É um tempo, vale ressaltar, que conjuga os maiores avanços tecnológicos com picos de negacionismo, entre outras bipolaridades que levaram Lipovetsky (2005) a cunhar expressões como “era dos excessos” e “era do vazio”; ou “era do tédio”, como quer Svendsen (2006, p. 8), ao se referir a um mundo “sem rastros humanos”. Em meio a esse cipoal moral e intelectual, cujas nervuras a palavra “complexidade” (MORIN, 2015) parece não mais dar conta, a memória acaba sendo ameaçada pelo esquecimento.

Na prática, o passado, a lembrança, a reminiscência (BERGSON, 2011) — ou seja, a memória em suas múltiplas particularidades — tende a ser domesticado pelo narrador contemporâneo. Exemplos: Rock Hudson vira personagem livre de uma série como *Hollywood* (2020), de Ryan Murphy. Freud é representado como um dependente químico e predador sexual na produção austro-alemã de Marvin Kren (2020), que leva o nome do pai da psicanálise. A memória, de natureza imperfeita, cuja existência se dá às custas de distorções (SARLO, 2007), se converte também em produto de laboratório, exposta a toda sorte de manipulação.

Aleida Assmann (2011, p. 53) argumenta que “a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade”. Nesse sentido, como caracterizar a ideia de memória averiguada nas abordagens jornalísticas aqui presentes? Jeffrey K. Olick (2014, p. 17, tradução nossa) argumenta que a memória aparece de diversas maneiras na cobertura jornalística que não apenas cobre “comemorações e efemérides, como as celebra ao publicar reportagens e edições especiais sobre acontecimentos passados”¹. O autor reforça a ideia de que uma memória cultural é impensável sem os *media*, que contribuem para a construção de imaginários coletivos, afinal “nossa memória dos acontecimentos passados comumente incorporam as imagens jornalísticas que o próprio jornalismo enquadrou. As memórias dos eventos públicos são, então, indivisíveis de suas coberturas jornalísticas”² (OLICK, 2014, p. 28, tradução nossa).

Nessa perspectiva, recorremos a Barbie Zelizer (2014), que propõe três hipóteses sobre a relação entre memória e jornalismo. A primeira seria a de que o jornalismo tem cumprido seu papel mnemônico e que as evidências disso aparecem nas próprias práticas jornalísticas. A segunda hipótese indica a presença da memória nas produções jornalísticas “não em sua margem, mas em seu centro”³ (ZELIZER, 2014, p. 45, tradução nossa). A terceira diz que ideias iniciais e recentes sobre estudos da memória não conseguiram articular o lugar mnemônico cada vez mais central do jornalismo.

Para o jornalismo, em tais circunstâncias, o mal-estar se torna exponencial. O papel da imprensa moderna é reportar o presente, tarefa na qual se torna mais e mais eficiente à medida em que se aprimoram as técnicas de reportagem. Em tese, a memória — esse conceito líquido por excelência — não está no rol das lides jornalísticas. Mas não se trata de um ponto pacífico (CHARRON; BONVILLE, 2016). O jornalismo, tal como se consolidou no século XX, carrega no DNA todos os elementos dos tempos modernos. Entre os discursos que o formam está a crença no “retrovisor” da história; a interpretação do agora com bases no ontem; a práxis para edificar um futuro com bases no coletivo e na esfera pública, entre outros. A memória está entre os instrumentais do jornalismo, por ser ela, ainda que frágil, um dispositivo para se chegar o mais próximo possível dos acontecimentos da realidade.

A nova ordem do jornalismo e a memória fetichizada formam uma combinação explosiva. É um fator de desequilíbrio extremos. A fragmentação da leitura promovida pelos meios digitais e o culto ao amador, categoria que pulveriza a informação, põe para escanteio os saberes consolidados da imprensa e contribui para a desinformação. A memória, como já se disse, é um dos instrumentos dessa desconstrução. Pode-se afirmar, com segurança, que parte dos meios de comunicação e, no caso, os livros jornalísticos utilizam táticas memorialísticas como trincheira para salvaguardar o jornalismo e o passado construídos socialmente.

Os livros, em função da possibilidade de liberdade temática, conseguem preencher um espaço que o jornalismo de referência⁴, por posições assumidas — de que só o presente tem valor como elemento noticioso — ou pela falta de espaço, tem dificuldades em ocupar. Consideramos que as duas obras em evidência assumem a necessidade da narração de um passado traumático que precisa ser narrado sob pena de ser esquecido.

Consideramos que alguns estudos começam a se voltar para as especificidades das produções de livros jornalísticos, denominados também como livro-reportagem (ROCHA; XAVIER, 2013) ou livro de repórter (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019), a depender da abordagem. A pesquisadora Ana Cândida Oliveira (2020, p. 47), por exemplo, fez um amplo levantamento de livros jornalísticos sobre histórias da ditadura e percebeu que eles (ao menos os publicados nas últimas décadas) estão inseridos no “contexto atual de rememoração pública da ditadura”. Observamos que os dois livros, analisados neste trabalho, estão em consonância

¹ No original: “commemorations, it also celebrates them, for instance by publishing special issues of newspapers on anniversary occasions” (OLICK, 2014, p. 17).

² No original: “Our memory of such events often incorporates the journalistic images of the events that journalism itself framed. Memory of public events is thus ultimately inseparable from their journalistic coverage” (OLICK, 2014, p. 28).

³ No original: “not at its margins but at its center” (ZELIZER, 2014, p. 45).

⁴ Angela Zamin (2014, p. 931) identifica as seguintes características do jornalismo de referência: “[...] ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação”.

com esta perspectiva, visto que, de certa forma, atuam como agentes de memória na contemporaneidade.

A jornalista curitibana e ex-presa política Teresa Urban (1946-2013), a “Batis-ta” dos aparelhos, figurava entre os que temiam o apagamento do passado pela sociedade presentificada. Em resposta aos seus medos, publicou em 2008 o livro *1968 ditadura abaixo*, com quadrinhos do designer Guilherme Caldas. Em confiança aos amigos, e em entrevistas, Urban dizia que a obra — uma engenhosa produção ilustrada 30 cm X 22 cm, no qual a linguagem dos *comics* convive com a reprodução de documentos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), fotos de acervo pessoal, depoimentos, publicidade e recortes de jornal da época, linhas do tempo, foi escrito como um testamento para os jovens. O livro sugere uma experiência plástica e memorial, com tangências possíveis à obra de Rosângela Rennó.

Logo à primeira página, dedica a obra aos seus netos e aos netos dos melhores amigos. Dá-lhes a voz. Na ocasião, sua casa, então no bairro Jardim das Américas, tinha se tornado a sede informal do grupo conhecido como Ecoberrantes, um coletivo juvenil devotado às lutas ambientais. Tinha histórico de acolher e apoiar ações cidadãs feitas por jovens — apesar de seu aparente pessimismo diante das novas gerações.

Tanto nos quadrinhos quanto nas imagens, Teresa não se identifica. Era de praxe, sempre que procurada para falar de suas relações atribuladas com a ditadura militar — o que incluía três prisões, condenação e ter dado à luz na cadeia — furtava-se de fazer uma narrativa personalista. Optava por tratar das lutas às quais permanecia abraçada, a exemplo do meio ambiente, na qual é considerada uma das pioneiras no país.

Os desenhos de Guilherme Caldas permitem identificar entre as personagens do HQ a jovem miúda, de família eslava e espírito inquieto. Os assuntos dos quais desviava, para não dar ar novelístico ao que era cerceamento às liberdades de expressão e à democracia, emergem na linguagem dos quadrinhos. Estão nos *comics* de Caldas o professor da universidade que denunciava estudantes — “me diga o seu nome”, ditava a cada vez que era enfrentado; os constrangimentos nas delegacias; o assédio; as lutas contra a PM na base do estilingue e da bolinha de gude. E também a leitura clandestina — que alfabetizava a esquerda por meio de livros traficados e escondidos, para não serem confiscados em batidas policiais.

A leitura que Zuenir Ventura faz de 1968, considerando-o como uma espécie de sujeito⁵, ressignifica o ano “que não terminou” com um legado que segue influenciando e encetando novos movimentos. Embora não seja o objeto de estudo deste trabalho, não se pode deixar de citar uma passagem de outro livro do mesmo autor, lançado em 2008, chamado *1968: o que fizemos de nós*:

⁵ *Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018*, de Mário Magalhães, tem “2018” como personagem principal, em clara alusão ao livro *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura.

Pode-se amar ou odiar aquele ano, embora esta não seja a melhor forma de entender os acontecimentos. O que não pode é expulsá-lo da história por idiossincrasia, mesmo porque ele se recusa a sair à força. Não se deve encarar 68 como uma construção idealizada onde se colocam sonhos que só foram realizados no plano dos nossos desejos. Mas também não adianta negar-lhe importância e desconhecer a sua teimosa disposição em permanecer (VENTURA, 2008, p. 106).

Zuenir reconhece que seu livro é “um romance sem ficção” (VENTURA, 2008, p. 16), posto que as pessoas foram às ruas movidas pela paixão e pelos projetos de um novo modo de vida. Uma geração que “experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos” (VENTURA, 2008, p. 16). Ele ainda acrescenta que, se por um lado, deve-se rejeitar muitas das ações dessa geração, não se pode deixar de reconhecer, por outro, a importância de muitas das experiências ocorridas nessa época.

O jornalista assume então o seu dever de memória, considerado por Paul Ricoeur (2012) uma espécie de reparação simbólica, cuja narrativa apresenta um passado que não deve voltar a ocorrer, ao menos de maneira integral. De todo

modo, o autor insiste na necessidade de fazer emergir os relatos sobre o passado em um país “cada vez mais governado pela falta de memória e pela ausência da ética” (VENTURA, 1988, p. 18).

O testemunho no jornalismo narrativo

A relação entre memória e testemunho encontra no jornalismo narrativo uma potente possibilidade de expressão. Consideramos, para efeito de nomenclatura, o uso do termo “jornalismo narrativo” não só por considerá-lo de uso comum entre inúmeros outros países, mas, especialmente, pela perspectiva teórica que o termo aciona. Se avaliarmos, a partir da visão de Paul Ricoeur (2010, p. 129), que as narrativas existem porque “afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas” é porque no espaço social os processos interativos definem as relações entre as pessoas.

Não queremos com isso dizer que estamos criando um termo novo, mas tão somente que ele ainda é pouco usual no Brasil. Aliás, o risco de denominar algo como novidade é que quando aparece outro não há como denominá-lo, visto que o “novo” fica obsoleto, como adverte Roberto Herrscher (2015). Nesse sentido, trazemos algumas reflexões que nos permitem ampliar a concepção que subjaz o termo ao considerá-lo simplesmente como sinônimo de “literário”. Para isso, apresentamos alguns apontamentos teóricos baseados em Paul Ricoeur, antes de enveredarmos por aquilo que o termo evoca.

Se não conseguimos definir, de maneira peremptória, a origem da palavra narrativa (ou narrar), podemos, ao menos, estabelecer uma relação entre o termo e o conhecimento, visto que o nosso acesso ao mundo é proporcionado, de alguma maneira, pela narrativa. Paul Ricoeur (2010) aponta a narrativa como uma forma de alcançar o conhecimento de si e dos outros. E esse processo só é possível por meio do movimento temporal: “o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa” (RICOEUR, 2010, p. 10). Na dinâmica narrativa temos, então, a configuração e a reconfiguração da vida no tempo a partir da tripla *mimesis*.

Na base da teoria ricoeuriana reside a ideia de que somos pessoas miméticas e narrativas. Entretanto, é importante ressaltar que a *mimesis* para ele não tem o sentido restrito de imitação, posto que, segundo ele, há uma dimensão criadora nesse processo. Nessa perspectiva, ele indica que a *mimesis* I é aquilo que já existe na sociedade a partir de normas e regras preexistentes. Ele afirma que “se a ação pode ser narrada é porque [...] ela já está simbolicamente mediatizada” (RICOEUR, 2010, p. 100), o que possibilita a configuração da narrativa pela *mimesis* II, mediação realizada pela composição da intriga. Esse movimento de configuração, que não é linear, mas considera aspectos heterogêneos em sua composição, “transforma a sucessão dos acontecimentos numa totalidade significante, que é o correlato do ato de reunir os acontecimentos, e faz com que a história possa ser acompanhada” (RICOEUR, 2010, p. 117). Temos então a *mimesis* III, que “marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor” (RICOEUR, 2010, p. 122).

O jornalismo, ao trabalhar com a produção de sentidos por intermédio de suas narrativas, aciona a materialidade das palavras, participando da disputa narrativa em curso na realidade, como apresenta Fernando Resende (2011, p. 134) ao escrever que nas narrativas produzidas “inserimos modos de dizer, inscrevendo e excluindo sujeitos, ressaltando e apagando saberes e poderes”. Para ele, o que se conta nas narrativas jornalísticas “é menos da ordem da retórica das imparcialidades e objetividades, do que do jogo de forças, das negociações e dos embates próprios do mundo da vida” (RESENDE, 2011, p. 134).

O jornalismo narrativo, portanto, pode ser compreendido como a configuração de histórias que envolvem personagens, fontes, autoria, instituições e di-

nâmicas interativas de recepção que garantem a circulação de sentidos que serão sempre ressignificados. Em um cenário saturado por informações que, na maioria das vezes, tornam-se fugidias, esse tipo de narrativa aproxima os sujeitos, contribuindo para processos interativos e experienciais. Não pode, portanto, ser compreendido de maneira restrita, somente por seu aspecto estético, visto que envolve vários elementos em sua movimentação. E como pode contribuir para a promoção de rupturas discursivas, localizamos aqui o seu papel mnemônico e testemunhal.

Mas antes de situar o testemunho no universo jornalístico é mister, mesmo que rapidamente, situar o testemunho em uma dimensão mais ampla, como podemos acompanhar nos trabalhos de Márcio Seligmann-Silva. Profundo estudioso das narrativas do trauma e do testemunho, suas pesquisas nos interessam, em especial, pelo tema que os dois livros aqui analisados abordam, que é a ditadura militar brasileira. Ele compreende o testemunho “na sua complexidade, enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5). A pessoa que passa por certa experiência (e sobrevive) não seria a única autorizada a falar sobre ela; alguém que presenciou o acontecimento, que viu (ou acompanhou) aquilo que aconteceu, também terá garantido seu direito ao testemunho.

Os inúmeros e diversificados relatos sobre a ditadura no Brasil, portanto, ocupariam um lugar mais que necessário na esfera social. Considerando o lugar do testemunho no período pós-ditadura no Brasil, Seligmann-Silva (2010, p. 11) argumenta que “a memória da barbárie tem, portanto, também este momento iluminista: preservar contra o negacionismo, como que em uma admoestação, as imagens de sangue do passado”, já que não houve, a exemplo de outros países da América Latina, um amplo movimento de cunho testemunhal. Justificado, em grande parte, pelo processo de Anistia geral e irrestrita para todos, como já mencionado na introdução deste trabalho. Ele argumenta que “nossas vítimas não puderam se transformar em acusadores, os eventos da ditadura não puderam sequer ser transformados em fatos [...] mantém o Brasil como que congelado no tempo [...] do trabalho de memória da nossa ditadura” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 13).

Em que pese todo esforço dos militares e das elites no sentido de evitar esse confronto com o passado, assistimos, mesmo passadas algumas décadas, a várias tentativas de ocupação desse lugar de memória. Desde o dossiê organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, passando pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, até os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, em consonância com inúmeras outras Comissões estaduais e de categorias diversas. Se esses trabalhos ajudaram a reverberar o que aconteceu durante esse período, consideramos relevante o papel do jornalismo, com a publicação de diversos livros sobre o tema.

No tópico anterior, analisamos como os jornalistas abordam a questão da memória em suas obras, passamos, agora, para a análise sobre o testemunho jornalístico, compreendendo, entretanto, que há uma longa trajetória do termo em outras áreas do conhecimento, como na religião, na história ou no direito (FROSH; PINCHEVSKI, 2009). Afinal, a partir dos novos aparatos tecnológicos e a consequente expansão dos meios comunicacionais, é possível afirmar que houve uma considerável ampliação dos “testemunhos que nos são apresentados [...] como que inevitáveis, tanto pelas possibilidades tecnológicas de registro, processamento, escritura e representação, quanto pela receptividade e até mesmo previsibilidade” (LAGE, 2016, p. 24).

Essa perspectiva não requer, necessariamente, a presença física do testemunho no local do acontecimento. Paul Frosh e Amit Pinchevski (2009) consideram que esse testemunho é possível de ser realizado de três formas: “na”, “pela” e “através da mídia”, ou seja, no “aparecimento de testemunhas em reportagens da mídia, a possibilidade de mídia testemunhando, e o posicionamento do público da mídia como testemunhas de eventos representados” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 1, tradução nossa).

De todo modo, os dois livros em análise neste trabalho foram escritos por jornalistas que estiveram envolvidos de maneira direta com os acontecimentos de 1968. Zuenir, por exemplo, chegou a escutar o tiro que matou o estudante Edson Luís, já que trabalhava próximo ao restaurante Calabouço, onde o estudante foi morto. Teresa Urban participou da propalada derrubada do busto do ministro da Educação e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1968, quando Flávio Suplicy de Lacerda, ex-ministro da Educação, operava para cobrar anuidades dos estudantes de instituições públicas.

O livro escrito pelo jornalista Zuenir Ventura assume, já no título, uma posição sobre o fenômeno, o que revela uma postura testemunhal, tanto pelas fontes, personagens apresentadas, por sua própria vivência no período como jornalista e ainda pela reverberação pública dos acontecimentos daquele ano. Embora tenha um ponto de vista, além de registrar, na Introdução, que realizou exaustiva pesquisa, ele reconhece que a história sobre 68 é “*uma* das possíveis histórias de um período rico demais para ser apreendido em uma só visão” (VENTURA, 1988, p. 17, grifo do autor).

Um acontecimento que pode ser considerado uma espécie de gatilho para mobilizações ao longo de 1968 foi o assassinato do estudante Edson Luís e os desdobramentos posteriores. Zuenir Ventura, relata, com detalhes, por exemplo, o enterro do estudante, que chegou a parar a cidade, e também a Missa de Sétimo Dia, quando houve forte repressão aos presentes. Temos aqui um depoimento testemunhal que extrapola o mero caráter informativo ao conseguir traçar um quadro que nos aproxima do acontecimento, como mostra o trecho a seguir:

Foi logo depois da comunhão, quando a missa estava no final, que começaram a chegar ao altar-mor os inquietantes ruídos de cascos de cavalos pisoteando o asfalto. Eles vinham misturados ao ranger de freios das viaturas policiais ao ronco de um avião que sobrevoava o local e as ordens militares gritadas. O conjunto produzia uma sonoplastia de guerra (VENTURA, 1988, p. 111)

São inúmeras as passagens nesse estilo, em que os leitores têm acesso aos pormenores dos acontecimentos, como se estivessem experienciando o ocorrido em conjunto com o repórter narrador. Não há, portanto, necessidade do uso da primeira pessoa para indicar o processo de configuração de histórias carregadas tanto por subjetividades, quanto por dados objetivos, confirmados por entrevistas, documentos e presença direta do próprio jornalista no cenário exposto. Zuenir apresenta, ao final do livro as “fontes de consulta”, indicando, inclusive, como realizou a captação, seja por entrevista direta (pessoalmente ou por telefone), seja por meio de livros, jornais, revistas, filmes e arquivos nacionais ou estrangeiros. Um período marcado pela falta de liberdades democráticas e, conseqüentemente, pela presença constante da censura em todas as esferas sociais, não pode prescindir dos relatos de quem vivenciou a situação, num total de 38 depoimentos pessoais, sob pena de fracassar enquanto narrativa de uma época — mesma que não se pretenda unívoca, conforme já defendido, inclusive, pelo autor do livro em citação no tópico anterior.

O livro, que finaliza suas páginas com os antecedentes e desdobramentos da edição do AI-5, expõe o testemunho do próprio autor nesse processo: “O ano chegava ao fim — o ano, o capítulo e o livro. Os dois últimos por falta de autor — também, ele, como todo mundo, levado pelo *arrastão*” (VENTURA, 1988, p. 281, grifo do autor). Zuenir foi preso pelos agentes da ditadura por cerca de três meses, no começo de 1969.

A rejeição ao “show do eu”, expressão usada por Paula Sibília (2008) para explicitar o fascínio pela exibição pessoal, explica o tom testemunhal discreto de 1968 *ditadura abaixo*. Mas a voz de Urban se impõe, posto que participou da maioria dos episódios de resistência na cidade: a chamada guerrilha do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná; a recusa do pagamento nas universidades, o que

⁶ No original: “It refers simultaneously to the appearance of witnesses in media reports, the possibility of media themselves bearing witness, and the positioning of media audiences as witnesses to depicted events” (FROSH; PIN-CHEVSKI, 2009).

acabaria com o ensino público superior; a derrubada do busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Ou seja, trata com autoridade mesmo de eventos dos quais não pôde participar, como o episódio conhecido como “Encontro na Chácara do Alemão”, em dezembro de 1968, com a União Nacional dos Estudantes (UNE) já na clandestinidade, depois das prisões ocorridas no Congresso de Ibiúna e do AI-5.

Num afrouxamento de sua ética de silêncio, Urban chegou a comentar que uma das sequelas da prisão e da tortura era um sonho recorrente que a perseguia — a de que um agente das forças de segurança apertava a moleira de seu filho. Ficou a suspeita de que se falasse o que passou nos porões da repressão, enredaria seus ouvintes na dor incurável que a perseguia. Talvez por isso tenha optado por um “testemunho mediado”. Sua voz e sua dicção sobre a ditadura vinham na forma de subtexto, em meio aos muitos gêneros pelos quais circulou. Nos últimos anos de existência — já reconhecida como uma das grandes ambientalistas brasileiras — voltou à reportagem, escrevendo, por exemplo, sobre o fim dos armários no Centro da capital paranaense; e produziu um romance policial: *Dez fitas e um tornado*, lançado em 2013, é uma trama que dialoga com a chaga da ditadura. *1968 ditadura abaixo* segue essa lógica: dialoga com os *comics*, recorre à linguagem infanto-juvenil, artifícios para produzir provas (ASSMANN, 2011) sobre o passado.

No caso das duas obras aqui em evidência, temos, em muitas das histórias contadas, a presença dos jornalistas no local dos fatos, mas isso nem sempre é possível, daí a recorrência aos testemunhos de outros, que conseguem, de alguma forma, complementar as lacunas próprias de qualquer testemunho histórico. Entretanto, concordamos com Ana Claudia Peres (2021), quando ressalta o aspecto lacunar do testemunho e sobre a impossibilidade do relato absoluto: “Como na maioria dos relatos jornalísticos [...] o repórter não “estava lá” — não poderia. Mas, mesmo que estivesse, [...] a ele não seria dado o domínio total do acontecimento (PERES, 2021, p. 32).

Considerações finais

O livro *1968 – O ano que não terminou* proporcionou ao jornalista Zuenir Ventura um lugar de honra no panteão dos livros-reportagem brasileiros. A narrativa que abre a obra — o *réveillon* na casa de Heloísa Buarque de Hollanda — se tornou exemplo por excelência de uma abertura engenhosa, capaz de projetar toda a arquitetura do texto. Era a festa em que estavam todos, ou quase todos, os protagonistas daquele ano no qual a memória do país se escora. Tanto que o livro *Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018*, já citado, do jornalista Mário Magalhães, começa justamente com o *réveillon* de Marielle Franco, assassinada naquele ano.

Zuenir Ventura consegue evidenciar o que Paul Frosh e Amit Pinchevski (2009) apontam como “testemunho da mídia”, visto que ele utiliza uma gama imensa de fontes, que vai de entrevistados à sua própria presença em alguns dos acontecimentos apresentados. O caráter testemunhal e o mnemônico apontam para uma narrativa jornalística que transborda seu espaço convencional de registro ao dar lugar para relatos da história brasileira que seguem influenciando o presente.

A segunda obra aqui analisada — *1968 ditadura abaixo* — teve um impacto mais regional, sendo reconhecido nos limites hiperlocais do estado do Paraná e mais precisamente de Curitiba, onde a autora, a jornalista Teresa Urban, construiu sua história. O manejo de recursos de linguagem difere dos de Ventura, cuja força está na fluidez do texto e no direcionamento a leitores adultos, curiosos e politizados. Os leitores de Urban são adolescentes com passaporte para a juventude. Ela lança mão de um circo de recursos cinemáticos para ganhar o leitor “esquecido”, para quem os ocorridos de 1968 correm o risco de ser um capítulo enfadonho do passado, cuja memorização carece de utilidade.

Contra esse perigo, Teresa se defende com uma artimanha. Seu testemunho é implícito. Só pode ser ela a personagem apresentada no início da obra — uma jovem exótica, que enfrenta pai, mãe, professores e se entrega às paixões de

seu tempo. Se Urban queria pedir, de forma indireta, que os jovens não esquecessem as lutas de 1968, parece conseguir. O jogo de HQs com recortes de jornal permite duas leituras simultâneas — a do que diz a autora, com documentos; e a dos quadrinhos, lidos de ponta a ponta, como uma ficção, uma versão lúdica da dureza dos documentos. O leitor pode escolher onde colocar os olhos.

As histórias que os dois livros relatam conseguem nos atualizar tanto do ponto de vista mnemônico quanto do próprio tempo presente. O lugar testemunhal do jornalista assevera essa condição, pois, como escreve a professora argentina Beatriz Sarlo (2007, p. 24), “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração [...] A narração também funda uma temporalidade que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar”. Dessa forma, os sentidos podem ser construídos a partir das conexões que os autores fazem dos acontecimentos do passado que envolvem personagens e ocorrências relacionadas ao período ditatorial e nos convidam para posições de combate às injustiças sociais. Consideramos igualmente que “as narrativas da memória propostas pelos livros jornalísticos possibilitam então avaliar essas vidas transformadas em ícones da resistência, e ainda um balanço do que foi a ditadura civil militar” (OLIVEIRA, 2020, p. 236).

Nesse sentido, Zuenir e Urban têm um papel testemunhal ativo na sociedade. Eles nos convidam a “entrar” e indicam o que vamos encontrar pela frente. É o ano que não terminou. Mas também o ano que não deve ser esquecido. São livros que podem ser situados na esfera do jornalismo narrativo, ao garantirem a circulação de sentidos, que podem ser ressignificados quando do encontro do texto com o leitor.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas de transformação da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BERING, Jesse. **Devassos por natureza**: provocações sobre sexo e a condição humana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. 2.^a ed. São Paulo: Globo, 2012. Col. Biblioteca Azul.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHARRON. BONVILLE. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular. Brasília: FAC Livros, 2016.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.

ECO, Umberto. CARRIÈRE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FLUSSER, Vilém. **A dúvida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. Introduction: why media witnessing? Why now? *In*: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 01-22, 2009.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2.^a ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERRSCHER R. (2021). El "nuevo" nuevo periodismo: se expanden los diálogos en el siglo XXI. **Folios, Revista De La Facultad De Comunicaciones**, (33-34), 30-38. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/folios/article/view/345933>. Acesso em 24 mai. 2021.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LAGE, Leandro. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri (SP): Manole, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**, São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

MAROCCO, B.; ZAMIN, A.; SILVA, M. V. **Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas**. Santa Maria: Facos, 2019.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5.^a ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

OLICK, Jeffrey K. Reflections on the underdeveloped relations between journalism and memory studies. *In*: **Journalism and Memory**. New York: Palgrave Macmillan UK, p. 17-31, 2014.

OLIVEIRA, Cândida de. **Poéticas da memória para um jornalismo contemporâneo: políticas da escrita em livros jornalísticos sobre a ditadura civil-militar brasileira**. Tese (Doutorado). [Programa de Pós-Graduação em Jornalismo]. 254 p. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2020.

PERES, Ana Cláudia. Jornalismo: testemunha lacunar da história. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, 18(1), 25-37, 2021.

RENNÓ, Rosângela. **O arquivo universal e outros arquivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. *In: Jornalismo contemporâneo*: Brasília/Compós, p. 120-134, 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: A intriga e a narrativa histórica. Vol. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

ROCHA, P. M.; XAVIER, C. **O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico**. RuMoRes, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 138-157, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69434>. Acesso em 30 mar. 2022.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e argumento**, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

SVENDSEN, Lars. **Filosofia do tédio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 7.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

URBAN, Teresa. **1968 ditadura abaixo**. Curitiba: Arte & Letra, 2008.

VENTURA, Zuenir. **1968 – O que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta, 2008.

VENTURA, Zuenir. **1968 – O ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *In: Revista Famecos*, v. 21, n. 3, p. 918-942, set./dez., 2014.

ZELIZER, Barbie. Memory as foreground, journalism as background. *In: Journalism and memory*. New York: Palgrave Macmillan UK, p. 32-49, 2014.